Relatório final – parte II

Análise das sugestões apresentadas pelo TJM, pelos sindicatos e pela COMPROVE.

Manifestante	Dispositivos da Resolução nº 367, de 2001 ¹	Observações do Grupo de Trabalho
Sinjus	Art. 2º da Res. nº 367: inserir de inciso	Este artigo define as diretrizes das carreiras. Tecnicamente, não pode ser acrescentado o comando sugerido, eis que a Res. 367 regulamenta os procedimentos relativos ao desenvolvimento na carreira, enquanto a sugestão do Sinjus trata de elaboração de propostas relacionadas com o plano de carreira. Essa matéria, ressalte-se, é atribuição da EJEJ, como define a Res. 521. Importante lembrar que, historicamente, essa participação sempre foi garantida, como se observa no trabalho em andamento.
Serjusmig	Art. 4º da Res. 367 (menciona-se art. 9º)	Prejudicado. O Grupo de Trabalho não propôs a alteração desse artigo, que permanecerá como redigido na Res. nº 367. Lembra ainda que a Resolução nº 624, de 2010, trata especificamente desse assunto, para dispor sobre a escolaridade e as atribuições dos cargos de provimento em comissão dos quadros da Secretaria do Tribunal de Justiça. Resolução para tratar da matéria, no âmbito da justiça de primeiro grau, encontra-se em análise na Comissão Administrativa, no Processo 772.
Serjusmig	Art. 11 da Res. 367 (menciona-se art. 7º)	Entende o Grupo de Trabalho que está correta a redação proposta para o parágrafo único deste artigo. Isso porque o Anexo I proposto não relaciona as especialidades e os cargos da Secretaria do TJM, que tem autonomia para dispor sobre essa matéria. Ao contrário do que afirma o Sindicato, o Grupo de Trabalho não considera unificados os quadros de pessoal do Poder Judiciário, às razões expostas no relatório final.

¹ Foram registrados os números dos artigos da Resolução nº 367, levando-se em consideração a nova redação, no caso daqueles que o Grupo de Trabalho propõe sejam alterados.

		Esclareça-se que se pretende evitar que o TJ imponha ao TJM, em flagrante ofensa a sua autonomia, especialidades que não estejam condizentes com sua realidade.
Sinjus, Sindojus, Serjusmig	Art. 14 da Res. Nº 367 e outros dispositivos relacionados à matéria, para tornar a classe A como subseqüente da classe B. Alteração	Proposta não acolhida, aos fundamentos constantes do relatório final.
Serjusmig	Art. 15, §1º, da Res. Nº 367.	Não se acolhe a proposta de se exigir qualquer curso de graduação para a promoção à classe B do Oficial de Apoio Judicial, eis que tais servidores devem exercer as funções de gerente da Contadoria ou da Secretaria de juízo. Essa matéria foi exaustivamente debatida na Exposição de Motivos que acompanha a primeira minuta elaborada pelo Grupo de Trabalho. Não há como atender ao pedido do Sindicato, enquanto não forem criados, mediante lei, cargos que possam exercer tais funções. Após a edição de lei específica, poderá a EJEJF elaborar minuta de resolução modificativa, a fim de promover as necessárias adaptações no plano de carreiras vigente.
Sinjus	Art. 19, parágrafo único, da Res. Nº 367: nova redação para inserir a Lei nº 16.645, de 2007	Mencionada Lei, que trata dos quadros de pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça, não trouxe inovação inerente ao tempo de efetivo exercício, para efeitos de desenvolvimento na carreira.
Serjusmig	Art. 21 da Res. Nº 367 (menciona-se art. 18 do substitutivo da Seplag)	O art. 21 da Res. nº 367 assegura “ao servidor o mesmo padrão de vencimento, se o reposicionamento previsto no caput do mencionado artigo [refere-se ao art. 20] se der em padrão de vencimento inferior ao do cargo de origem’. Essa redação, parece-nos, atende aos objetivos propostos pelo Sindicato, de valorizar o servidor da Casa. Relativamente à mudança para cargo de escolaridade distinta, entende-se que o disposto no art. 20 atende satisfatoriamente ao mesmo objetivo.
Serjusmig	Art. 21-A da Res. Nº 367 (menciona-se art. 26, §2º)	Não consta da minuta apresentada pelo Grupo de Trabalho a expressão mencionada pelo Serjusmig. A redação dada ao §1º do art. 21-A atende ao pleito.
Serjusmig	Art. 21-A da Res. Nº 367 (menciona-se art.	Os cursos a que se refere este artigo são pré-requisitos para concorrer à promoção

	31, §11, do substitutivo da Seplag	vertical, mas não são pontuados. Foi alterada a redação do art. 31, IV.
TJM	Art. 23 da Res. Nº 367: inserção de dispositivo	Acolhida a proposta, inserindo o inciso IV ao artigo, para considerar como exercício regular de seu cargo efetivo o tempo de serviço prestado ao CNJ.
Serjusmig	Art. 22, II e III, da Res. 367	As propostas foram, de fato, apresentadas pelo Serjusmig.
Serjusmig	Art. 23 (menciona-se art. 22)	Acolhida, na forma da redação dada ao §4º acrescentado ao art. 23.
Sinjus e Serjusmig	Art. 24 da Res. Nº 367 e demais dispositivos referentes à promoção horizontal	Não acolhida a proposta de ampliar o número de padrões obtidos na promoção horizontal, aos fundamentos constantes do relatório final. A minuta de projeto de lei foi separada deste trabalho, para os fins mencionados no Relatório Final-Parte I
Serjusmig	Art. 24, parágrafo único, da Res. Nº 367.	O Grupo de Trabalho não propôs nova redação para esse dispositivo. Sugere o Sindicato nova redação para constar que, os interstícios para a promoção vertical (e também para a progressão) se contem a “partir da data em que o servidor preencher os requisitos para alcançar a promoção vertical”, em substituição à expressão “a partir da data [...] da obtenção da promoção vertical”. O Grupo não acolhe a redação sugerida, posto que a sua adoção pressupõe a inexistência de processo classificatório para a promoção vertical.
Serjusmig	Art. 25, IV, da Res. 367 (menciona-se art. 26)	Questiona o Sindicato a utilização do termo “anuais”, nas referências às avaliações de desempenho. O Grupo de Trabalho esclarece que, durante um ano, um servidor pode ter mais de uma avaliação, como aqueles que são removidos ou que estão em estágio probatório. Nesses casos, o sistema informatizado faz a leitura anual dessas AD's, levando-se em conta o período de ingresso do servidor na classe. Essa é a sistemática vigente. O que se pretende é o aprimoramento da redação, adequando-a à situação fática.
Sinjus	Art.26 da Res. Nº 367	Propõe-se nova redação, para incluir o padrão de vencimento necessário para o servidor concorrer à promoção vertical. O Grupo mantém a proposta de elencar todos os requisitos para a obtenção da promoção vertical no art. 28. Além de ser mais adequado, sob o aspecto legislativo,

		facilita a leitura para todos os usuários da norma.
Serjusmig	Art. 26 da Res. nº 367	Acolhida parcialmente, para propiciar maior clareza ao dispositivo e evitar dúvidas em sua interpretação.
TJM e Sinjus	Art. 27 da Res. Nº 367:	Exclusão, dos quadros da Secretaria do TJ, da referência ao percentual de vagas. Proposta não acolhida, aos fundamentos constantes do relatório final – parte I.
Serjusmig	Art. 27, §2º, da Res. Nº 367 (menciona-se, também, art. 19 do substitutivo da SEPLAG)	Acolhido, na forma da redação dada para o §2º do art. 27, quanto à definição do número de vagas para Oficial de Apoio Judicial. Relativamente ao vocábulo “instalados”, entende o Grupo de Trabalho que ele deve ser mantido, pois se trata de termo técnico utilizado pela própria LOJ. Ademais, o vocábulo “em funcionamento” pode sugerir que todas as “secretarias de juízo informais”, comuns em comarcas menores, teriam direito a um ocupante do cargo de Oficial de Apoio Judicial. Referimo-nos à divisão de secretarias de juízo, por deliberação interna, a fim facilitar a rotina de seus trabalhos, ficando uma parte com o cível e outra, com os feitos de natureza criminal. Lembre-se ainda que o Tribunal de Justiça já instalou todas Unidades Jurisdicionais dos Juizados Especiais. Assim, todos os juizados em funcionamento foram instalados, na forma determinada pela LOJ. Quanto à substituição, vale lembrar que a matéria é objeto de regulamento específico: a Resolução nº 393.
Sinjus	Art. 27, §3º da Res. Nº 367. Acréscimo do §4º	A inclusão da despesa no orçamento, anualmente, está garantida na redação proposta pelo Grupo para o §3º do art. 27. Quanto à anualidade da abertura do edital, a matéria está tratada no art 30. Quanto ao §4º, prejudicada análise, tendo em vista o não acolhimento da proposta de exclusão da referência ao percentual de vagas, aos fundamentos constantes do relatório final.
Serjusmig	Art. 27 da Res. Nº 367	Sugere o Sindicato que se faça referência a percentuais e não ao número de vagas destinada à promoção vertical, ao argumento de que o total de vagas constante dos Anexos da Lei nº 13.467, de 2000, está defasado. De fato, o número de cargos dos quadros da justiça de primeiro grau foi ampliado pela Lei nº 14.336, de 2002.

		<p>Entretanto, tal Lei determinou fossem esses cargos inseridos no Anexo IV da lei nº 13.467 e que o Tribunal faça a sua distribuição, obedecendo ao percentual fixado nessa mesma Lei. Entende o Grupo de Trabalho que as duas leis fixaram número de vagas e não percentuais. Por isso, não acolhe a proposta em comento.</p> <p>A constituição de comissão destinada a realizar estudos voltados para acabar com a referência ao número de vagas, constante dos Anexos da Lei nº13.467, é matéria estranha ao objeto da Portaria-Conjunta nº 193, de 2010.</p>
Comprove	Art. 28, V, da Res. Nº 367	Acolhido
Comprove	Art. 28, VI, da Res. Nº 367	Acolhido, com acréscimo
Serjusmig	Art. 28, VI, da Res. Nº 367 (menciona-se art. 26, VI)	Não acolhido. O acesso à classe subsequente exige que o servidor desempenhe suas funções com esmero. Se nos anos que precedem a promoção vertical ele não está desempenhando satisfatoriamente suas atribuições, é grande a probabilidade de ele não conseguir desempenhar as específicas da classe subsequente, que são mais complexas. Não há justificativa, portanto, para que ele seja promovido.
Comprove	Art. 28, VII, da Res. Nº 367	Acolhido parcialmente
Sinjus	Art. 29 da Res. Nº 367.	Não acolhido. O vínculo referido pelo Sinjus já existe, a teor do que dispõe o art.26, que prevê a classificação do servidor em processo de avaliação de potencialidades. Quanto a utilização do vocábulo “constituída”, entende o Grupo de Trabalho que ele é mais apropriado e não gera ambigüidade. Ademais, o termo “nomear” significa indicar alguém pelo nome. Nesse sentido, não se nomeia comissão.
Sinjus	Art. 30 da Res. Nº 367	Não acolhido. A redação proposta pelo grupo é clara e objetiva e garante, juntamente com outros dispositivos, a anualidade da publicação do edital no mês de agosto. Os objetivos do Sinjus com a proposta são os mesmos que motivaram a redação sugerida pelo Grupo de Trabalho. Quanto ao §2º, fica prejudicada a análise, em razão do não acolhimento da redação sugerida para o art. 27.
Sindojus	Art. 30, caput, da Res. Nº 367	A progressão semestral implica aumento de remuneração. Entende o Grupo de

		Trabalho não ser possível implementá-la mediante resolução, conforme explicitado no relatório final, relativamente à ampliação do número de padrões a serem obtidos na promoção horizontal.
Serjusmig	Art. 30, parágrafo único, da Res. 367	Com a redação sugerida para esse dispositivo, o Grupo de Trabalho pretende que o edital conste o número de vagas, levando-se em conta o orçamento aprovado pela Corte Superior, a fim de possibilitar que, concluído o processo de avaliação até o mês de abril do ano subsequente, seja o servidor posicionado em sua nova carreira. Acredita o Grupo que isso favorece o servidor, eis que já está ele promovido, e a Administração, no controle da execução orçamentária, evitando-se o desgaste do pagamento retroativo.
Sinjus	Art. 31 da Res. Nº 367: (a) exclusão dos pontos conferidos às avaliações de desempenho;	Não acolhido. Foi mantida a pontuação atribuída às avaliações de desempenho, tendo em vista o bônus de 20%, previsto no inciso II dos arts. 33, 34 e 35 da Resolução vigente, concedido a todos os servidores que já obtiveram uma promoção vertical. Registra-se ainda que outros pré-requisitos são considerados títulos, para fins de promoção vertical.
Sinjus e TJM	(b) pontuação de servidores da classe inicial que participam de comissões, bem como aqueles que exercem função de pregoeiro .	O Grupo de Trabalho entende que não deve ser pontuada a participação em comissões e grupos de trabalho, porque são atribuições mais complexas que podem ser desenvolvidas por servidores das classes B e A. Além disso, trata desigualmente servidores, eis que a designação para tais funções alcança pequena parcela dos servidores.
TJM	(c) pontuação diferenciada para o servidor que participante de equipe que tenha alcançado as metas delineadas no planejamento estratégico.	Trata-se de proposta interessante. Entretanto, o Grupo de Trabalho não acolhe essa sugestão, no momento, tendo em vista que o Poder Judiciário ainda não trabalha com gestão por resultado. Tão logo seja implantado esse modelo, a EJEJF pode propor a modificação da Resolução, a fim de inserir, se for o caso, essa pontuação, levando-se em conta as iniciativas estratégicas previamente aprovadas. Registra-se ainda que foi constituída Comissão específica para estudar a implantação do prêmio por

		produtividade.
Serjusmig	Art. 31, VI e XI, da Res. Nº 367 (menciona-se art. 31, VIII e XIII).	A pontuação do tempo de serviço em cargo comissionado, bem como do tempo de exercício das funções de escrivão e contador, visam valorizar o servidor que, ao executar tarefas diversificadas, aprimora seu desempenho e amplia sua visão a respeito da Instituição em que trabalha. Isso o capacita a exercer atribuições em diversos setores do Poder Judiciário. Assim, procura-se valorizar um servidor que também “veste a camisa da Casa”.
Comprove e Serjusmg	Art. 31, XII e XIII, da Res. Nº 367	Não acolhido. Pontua-se o exercício das funções de gerenciamento em órgãos da 1ª e 2ª instância. Por isso, para que se tenha tratamento isonômico, atribui-se número de pontos limitado. Entende o Grupo de Trabalho que a pontuação indefinida pode levar à promoção automática daquele que exerce a substituição nas funções de escrivão e contador, nos termos definidos pela Res. nº 393. Contudo, tendo em vista as especificidades do cargo de Oficial de Apoio Judicial, ficou decidido aumentar para 4 a pontuação máxima admitida para esse título.
Serjusmig	Art. 31 da Res. Nº 367: inserção de inciso XX	Propõe-se a criação de regra transitória para assegurar a pontuação dos cursos regulares concluídos até a data de publicação da resolução. Essa proposta já consta do art. 9º, autônomo, da minuta de resolução modificativa. Propõe-se ainda a valorização do tempo em que o serviço presta serviço em horário integral. Não se valoriza a carga horária. Sobre essa questão, entende o Grupo de Trabalho que não deve ser valorizada a jornada de trabalho, mas o exercício das funções por aqueles que cumprem jornada de 8 horas diárias, como explicitado acima, no questionamento acerca da pontuação por exercício de cargo em comissão. Quanto às ponderações acerca dos cursos promovidos pela EJEF, o art. 21-A proposto pretende dar o tratamento adequado às questões suscitadas.
Comprove	Art. 32 da Res. Nº 367	De acordo com o MEC, os cursos seqüenciais não têm caráter de graduação. O Grupo de Trabalho decidiu inserir parágrafo único ao art. 16, para explicitar essa condição
Sinjus	Arts. 32 a 37 da Res. Nº 367	Prejudicado, eis que não acolhida a proposta de nova redação para o art. 31.
Comprove	Art. 33 da Res. Nº 367	A limitação a dois cursos refere-se a cada processo de avaliação de potencialidades. A

		dúvida, portanto, não procede.
Serjusmig	Art. 33 da Res. Nº 367: acréscimo §3º	Os cursos de que trata o art. 21-A não serão pontuados. Para os demais eventos, que podem ser pontuados, a EJEJ oferece a todos a oportunidade de participação, razão pela qual o Grupo de Trabalho entende desnecessário o acréscimo sugerido.
Sinjus, Serjusmig e Comprove	Art. 41 da Res. Nº 367	O Grupo de Trabalho preferiu definir data-limite, a fim de permitir que a Comissão tenha tempo suficiente para analisar a documentação e garantir o posicionamento do servidor até abril do ano subsequente, podendo ser antes, se concluído o processo. Acredita o Grupo que é possível cumprir o prazo fixado. Pretende ainda que se evite o posicionamento retroativo, tendo em vista diversas questões que envolvem a matéria, em especial a do Oficial de Apoio Judicial. Com a retroatividade, a secretaria de juízo tem, num mesmo período, dois escrivães: o substituto, que deve exercer sua função até que o servidor seja posicionado na classe B e assuma as funções; este último que, por força da retroatividade, acaba se tornando o escrivão da vara no mesmo período em que havia o substituto.
Sinjus, Serjusmig e Sindojus	Arts. 42 ao 48 da Res. Nº 367, para tornar a classe A como subsequente à B.	O Grupo de Trabalho propõe a manutenção desses dispositivos, como previsto no regulamento vigente, aos fundamentos contidos no relatório final.
Sinjus	Arts. 49, 50, 51 e 52 da Res. Nº 367	Tais dispositivos encontram-se no Capítulo V, “Disposições finais e transitórias”. Propõe o Grupo de Trabalho sejam eles mantidos inalterados, pois são normas regulamentares. Os comandos sugeridos pelo Sinjus para tais dispositivos relacionam-se com a classe A, proposta não acolhida pelo Grupo, aos fundamentos contidos no relatório final.
Sinjus	Art. 50 da Res. 367 (ou 54 de sua proposta)	Prejudicada, eis que não acolhida a proposta de novo conceito para a classe A, aos fundamentos contidos no relatório final.
Serjusmig	Art. 51 da Res. Nº 367 (menciona-se art.47)	O Grupo de Trabalho não propôs alterar a redação desse dispositivo ao entendimento de que o acesso ao cargo de Oficial de Apoio B se dá mediante a promoção vertical.
Serjusmig	Art. 55 da Res. Nº 367 (refere-se em sua	Entende o Grupo de Trabalho que está correta a redação proposta para o art. 55, aos

	proposta ao art.8º)	argumentos explicitados no art. 11, acima.
Sinjus	Art. 56 da Res. 367 (ou 59 de sua proposta)	Reclama o Sindicato de não ter recebido tal Anexo. O Grupo de Trabalho esclarece que não propôs alterar a redação desse dispositivo. Contudo, o art. 7º, autônomo, da minuta de resolução modificativa renumera o Anexo II mencionado no art. 56 da Resolução vigente. Isso em razão da proposta de que as especialidades e atribuições dos cargos constem de anexos distintos, sendo um para cada cargo previsto na legislação, a fim de permitir melhor clareza da norma e facilitar sua leitura pelos usuários. O Anexo II, renumerado como Anexo XII, não sofreu alteração, razão pela qual não consta da minuta de resolução modificativa. Assim, o acesso ao seu conteúdo se faz mediante consulta à Res. Nº 367. Por não ter sido modificado, não há justificativa para reabertura de prazo para manifestação sobre ele.
Sinjus	Art.57 da Res. 367 (ou 60 de sua proposta)	<p>O Sinjus propõe acréscimo da expressão “ouvido o Superintendente da EJEJF”. O Grupo de Trabalho sugere a revogação de tal dispositivo e o acréscimo, na resolução modificativa, do artigo ora numerado como art. 14 destinado a atribuir ao Presidente do Tribunal a competência para dirimir as dúvidas decorrentes da aplicação das duas resoluções, ouvido o Superintendente da EJEJF.</p> <p>Entende o Grupo de Trabalho que a regulamentação do plano de carreiras é feita pela Resolução. Entretanto, podem surgir dúvidas sobre como aplicá-la, o que motiva atribuir ao Presidente a competência sugerida. No tocante aos procedimentos necessários para o cumprimento das disposições nela contidas, importante lembrar que cada setor deve observá-las em seu âmbito de atuação, o que enseja, s.m.j., que tais orientações procedimentais estão afetas tanto ao Presidente do Tribunal, quando se tratar de matéria sob sua Superintendência, como o posicionamento do servidor e o levantamento de vagas, quanto ao Segundo Vice-Presidente, como a realização de cursos e eventos pela EJEJF.</p> <p>Registra-se ainda que a segurança jurídica está na própria resolução, que deve ser clara e objetiva, de forma a evitar ambigüidade na sua leitura. Os procedimentos estão mais afetos aos atos executivos para a obtenção do direito, não ao direito propriamente</p>

		dito.
Serjusmig	Art. 9º autônomo (menciona-se art. 49)	O dispositivo mencionado pelo Sindicato não consta da minuta de resolução modificativa. Contudo, seus comandos se relacionam com os do art. 9º autônomo. O Grupo de Trabalho entende estar a matéria tratada adequadamente neste artigo, posto que se trata de regra de transição. Observa-se que considera o investimento que o servidor fez em sua carreira, nos moldes do regulamento vigente, sem contudo supervalorizar tais títulos.
Sinjus	Art. 13, autônomo	Prejudicado, eis que não acolhida a proposta de novo conceito para a classe A, aos fundamentos contidos no relatório final.
TJM	Anexo I – especialidade Estatístico	Não acolhido, aos fundamentos contidos no relatório final.
Serjusmig	Art. XXX (artigo a ser inserido, caso não acolhida a proposta de obtenção de 3 padrões, na promoção horizontal)	O Grupo de Trabalho não acolhe a proposta de instituir gratificação mediante resolução, por se tratar de matéria exclusiva do Poder Legislativo. Desentranha-se essa sugestão, para os fins explicitados no relatório final.
Serjusmig	Artigo não constante da proposta do Grupo de Trabalho (menciona-se art. 48)	O dispositivo mencionado pelo Serjusmig trata de desenvolvimento na classe A de servidores nela posicionados nos termos do art. 23 da Lei nº 16.645, de 2007. Cumpre esclarecer que mencionado dispositivo veda o desenvolvimento na carreira sem o cumprimento dos requisitos exigíveis para nela ingressar. A minuta de resolução modificativa trata, em art. 12 autônomo, das questões relacionadas com o art. 23 acima mencionado.
Sindojus	Alterar nomenclatura para Oficial de Justiça	Proposta não acolhida, tendo em vista o impacto dessa medida nos sistemas informatizados
Sindojus	Oficial de Justiça Avaliador: ingresso e reposicionamento na carreira, a partir do PJ42	A instituição de nova carreira para o cargo/especialidade Oficial de Justiça Avaliador depende de lei e já foi objeto de estudo específico, no Processo nº 707 da Comissão Administrativa.
Sindojus	Criação da progressão por conclusão de curso de pós-graduação	Como se trata de aumento de remuneração, o Grupo de Trabalho entende não ser possível implementar tal progressão mediante resolução, conforme explicitado no relatório final, na parte relativa à ampliação do número de padrões a serem obtidos na

		promoção horizontal.
Sindojus	Outras reivindicações: horas extras; adicional noturno; adicional de periculosidade; aposentadoria especial	O pagamento de horas-extras e de adicional noturno está regulamentado em outros atos normativos, não sendo portanto afetos aos estudos desenvolvidos pelo Grupo de Trabalho. Da mesma forma, não está afeta a essas atribuições o pagamento do adicional de periculosidade, previsto na Lei nº 19.480, de 2011. Relativamente à aposentadoria, matéria igualmente estranha ao objeto da Portaria-Conjunta nº 193, de 2010, vale observar que, no âmbito administrativo, inexistente norma que possibilite ao Tribunal atender ao solicitado. É que a regulamentação de aposentadoria especial se faz mediante lei complementar, de iniciativa do Governador do Estado, conforme dispõe o art. 66, III, <u>c</u> , da Constituição do Estado.
Serjusmig	Acabar com o sistema de distribuição de vagas por classe (menciona-se art. 27)	Sobre essa matéria, manifestamo-nos no Relatório Final-Parte I.
Serjusmig	Criação de gratificação para aqueles que exercem as funções de escrivão e contador e exigência de 3º grau para Oficial de Justiça Avaliador	O Serjusmig apresenta projeto de lei para criar tal gratificação. Sugere, alternativamente, que o Tribunal requeira o desarquivamento do PL nº 5037 e acate as emendas por ele propostas. Sobre essa matéria, objeto de estudo no Processo nº 768 da Comissão Administrativa, manifestamo-nos no Relatório Final-Parte I. A instituição de nova carreira para o cargo/especialidade Oficial de Justiça Avaliador depende de lei e já foi objeto de estudo específico, no Processo nº 707 da Comissão Administrativa
Serjusmig	Anexos	Foi acolhida a sugestão relativa ao termo “menor”. Esclarece ainda que houve uma adequação nas atribuições, considerando pesquisa feita em 2006 junto ao Comissariado da Infância e da Juventude de Belo Horizonte. Relativamente à inserção de novas especialidade e à necessidade de atualização das atribuições constantes dos Anexos da Res. 367, entende o Grupo de Trabalho que, oportunamente, devem ser realizados novos estudos, em face da estrutura organizacional da Secretaria do Tribunal de Justiça e da proposta de redesenho da primeira instância. Lembra ainda que o CNJ tem ampliado o foco de atuação do Poder Judiciário, o que implica rever as atribuições dos cargos constantes de seus quadros.